



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO**

**PORTARIA GP/CR Nº 5, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026**

*Prorroga os efeitos das [Portarias GP/CR nº 3, de 3 de fevereiro de 2026](#) e [GP/CR nº 4, de 4 de fevereiro de 2026](#), que determinaram a suspensão de expediente presencial nas unidades administrativas e judiciárias do Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, na forma que especifica.*

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE E A DESEMBARGADORA CORREGEDORA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os termos das [Portarias GP/CR nº 3, de 3 de fevereiro de 2026](#) e [GP/CR nº 4, de 4 de fevereiro de 2026](#), que determinaram a suspensão do expediente presencial, das sessões de julgamento e das audiências de conciliação e mediação no 2º grau, presenciais e híbridas, no Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2026;

CONSIDERANDO que a interrupção no fornecimento de energia elétrica no Edifício Sede subsiste no período matutino do presente dia, 5 de fevereiro de 2026, comprometendo a infraestrutura básica e a segurança das instalações, bem como a realização de vistorias e estudos técnicos de segurança agendados para o período vespertino;

CONSIDERANDO a necessidade de se evitar prejuízos às(aos) jurisdicionadas(os);

CONSIDERANDO os termos do despacho proferido nos autos do Processo Administrativo Virtual PROAD nº 5133/2026 (doc. 11),

**RESOLVEM:**

Art. 1º Ficam prorrogados, até o dia 5 de fevereiro de 2026, inclusive, os efeitos das [Portarias GP/CR nº 3, de 3 de fevereiro de 2026](#) e [GP/CR nº 4, de 4 de fevereiro de 2026](#). A medida abrange todas as unidades judiciárias e administrativas sediadas no Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

§ 1º Permanecem válidos todos os atos processuais e audiências realizados nas unidades judiciárias do Edifício Sede, independentemente da prorrogação estabelecida nesta norma.

§ 2º Restam mantidos os prazos processuais, com a remarcação das sessões suspensas.

§ 3º Fica autorizada a realização de trabalho remoto pelos(as) magistrados(as) e servidores(as) lotados(as) nas unidades indicadas no *caput*, durante o período de suspensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, data da assinatura eletrônica.

VALDIR FLORINDO  
Desembargador Presidente do Tribunal

SUELI TOMÉ DA PONTE  
Desembargadora Corregedora Regional

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.